



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS - CCHA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES - DLH
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

RENATO DA SILVA PEREIRA

**PERCURSOS DO ACESSO AOS PROGRAMAS SOCIAIS: análise do discurso
sobre a humilhação social nos CRAS da região de Catolé do Rocha-PB**

**CATOLÉ DO ROCHA
2024**

RENATO DA SILVA PEREIRA

**PERCURSOS DO ACESSO AOS PROGRAMAS SOCIAIS: análise do discurso
sobre a humilhação social nos CRAS da região de Catolé do Rocha-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada ao Departamento de Letras e
Humanidades da Universidade Estadual
da Paraíba, como um dos requisitos para
obtenção do grau em Licenciatura Plena
em Letras.

Orientador: Prof. Dr. JAIRO BEZERRA SILVA

**CATOLÉ DO ROCHA
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P436p Pereira, Renato da Silva.
Percurso do acesso aos Programas Sociais [manuscrito] : análise do discurso sobre a humilhação social nos CRAS da região de Catolé do Rocha-PB / Renato da Silva Pereira. - 2024.
50 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Portugêses) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2024.
"Orientação : Prof. Dr. Jairo Bezerra Silva, Departamento de Letras e Humanidades - CCHA. "
1. Humilhação social. 2. Programas sociais. 3. Beneficiários. 4. CRAS. I. Título
21. ed. CDD 361.25

RENATO DA SILVA PEREIRA

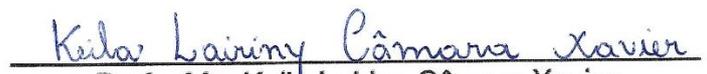
**PERCURSOS DO ACESSO AOS PROGRAMAS SOCIAIS: análise do discurso
sobre a humilhação social nos CRAS da região de Catolé do Rocha-PB**

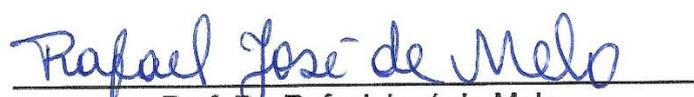
Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Departamento de Letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, como um dos requisitos para obtenção do grau em Licenciatura Plena em Letras.

Aprovada em: 14/06/2024.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Jairo Bezerra Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profa. Me. Keila Lairiny Câmara Xavier
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Rafael José de Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha mãe e ao meu irmão Ronaldo (in
memorian), minhas maiores inspirações,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por nunca ter me desamparado, dando-me força e proteção.

À minha mãe, Maria de Fátima, exemplo de força e determinação, inspiração de luta e de esforço.

Ao meu pai, Severino (Biró), que sempre esteve a nos amparar nos momentos mais difíceis, mostrando ser um pai exemplar ao se dedicar e cuidar do meu irmão quando ele mais precisou.

Ao meu irmão gêmeo, Ronaldo (in memorian), embora fisicamente ausente, sentia sua presença constantemente ao meu lado nesta trajetória, dando-me força para enfrentar os desafios.

Às minhas irmãs Suenha e Suely pelos cuidados, compreensão e atenção na realização deste sonho de concluir o curso superior.

Um agradecimento especial à minha irmã Simone, pelo incentivo a entrar na graduação, sem sua ajuda não teria chegado até aqui. Esta realização é nossa.

Aos meus sobrinhos Erike, Emilly, Isabele, Nicolly, Micael, Taiza, Maria Alice e Vinicius, por encherem nossos corações e a casa de “Vó Maria” (Minha mãe) de alegria.

A Todos os meus familiares e amigos, agradeço por tornarem meus dias mais leves e divertidos.

Ao meu orientador Jairo Bezerra Silva pela paciência, companheirismo, dedicação, empenho e pelos sábios conselhos transmitidos sempre que nos reuníamos para conversar sobre esta pesquisa.

Aos colegas de classe, pelo respeito, risadas e conhecimentos juntos compartilhados.

Agradeço especialmente à minha colega e amiga Maria Eduarda, pela amizade, companheirismo e momentos de apoio; sem você essa caminhada teria sido mais difícil.

Aos professores do Curso de Letras Português da UEPB Campus IV que contribuíram ao longo desses quatro anos e meio para o meu desenvolvimento como aluno e como pessoa.

Ao programa de Iniciação Científica – PIBIC FAPESq/UEPB e aos colegas de pesquisa: Bruna, Denilson, Maurício, Juliana e Kérvia, agradeço a vocês os

conhecimentos e as oportunidades juntos compartilhados, a cada reunião, debate e visitas aos CRAS que realizamos.

À banca examinadora, a professora Keila Lairiny Câmara Xavier e o professor Rafael José de Melo. Agradeço imensamente a vocês pela disponibilidade de participar desse momento.

Aos funcionários, técnicos, diretores e amigos da UEPB - Campus IV - Aristides, Damaceno, Dora, Edivan Junior, Pretinha, Irmão Neto, Sandra, Sóstenes, Lilian e todos que estiveram ao meu lado nessa trajetória - pelas risadas juntos compartilhadas, as brincadeiras e a presteza no atendimento quando me foi necessário.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a concretização desta realização: finalizar o curso superior de Licenciatura em Letras.

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

O objetivo deste TCC é discutir os processos de humilhação social nos CRAS da região de Catolé do Rocha-PB. Para isso, este trabalho deu-se através da análise dos discursos de pessoas socialmente vulneráveis, as quais precisam passar pelo escrutínio dos CRAS e nesse processo atravessam situações de humilhação ao procurarem acesso aos programas sociais. Com o uso de metodologia qualitativa de caráter exploratório, por meio de entrevistas semiestruturadas recolhidas nos centros de referência da assistência social da região estudada, a partir da perspectiva teórica fundamentada por autores como: Amélia Cohn (2012); Gonçalves Filho (1998; 2007); Pierre Bourdieu (1997); Foucault (1987; 2014) entre outros – apresentamos uma reflexão sobre como os processos de humilhação social acontecem e são potencializados nesses ambientes, à medida que os aspirantes a condição de beneficiários dos programas sociais devem ser considerados cidadãos que buscam direitos constitucionalmente assegurados. Dentre as principais conclusões, destaca-se a seguinte: o fato de os processos de humilhação serem usados como um meio de impedimento social aos mais vulneráveis socialmente na região de CR na busca pelos programas sociais.

Palavras-Chave: Humilhação social. Programas sociais. Beneficiários. CRAS.

ABSTRACT

The objective of this TCC is to discuss the processes of social humiliation in CRAS in the region of Catolé do Rocha-PB. To this end, this work was carried out by analyzing the speeches of socially vulnerable people, who need to undergo scrutiny by CRAS and go through situations of humiliation when seeking access to social programs. Using qualitative methodology of an exploratory nature, through semi-structured interviews collected in social assistance reference centers in the region studied, from a theoretical perspective based on authors such as: Amélia Cohn (2012); Gonçalves Filho (1998; 2007); Pierre Bourdieu (1997); Foucault (1987; 2014) among others – we present a reflection on how processes of social humiliation occur and are enhanced in these environments, as those aspiring to become beneficiaries of social programs must be considered citizens seeking constitutionally guaranteed rights. Among the main conclusions, the following stands out: the fact that humiliation processes are used as a means of social impediment to the most socially vulnerable in the CR region in the search for social programs.

Keywords: Social humiliation. Social programs. Beneficiaries. CRAS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CR - Catolé do Rocha

CR-PB – Catolé do Rocha-PB

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

PBF - Programa Bolsa Família

PTRB – Programa de Transferência de Renda Básica

TRB - Transferência de Renda Básica

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 | APONTAMENTOS TEÓRICOS | 17 |
| 2.1 | A dinâmica dos processos de humilhação social..... | 17 |
| 2.2 | A invisibilidade dos sujeitos “indesejáveis” e a estrada da divisão de classe: as sinuosidades da vulnerabilidade social na região de CR..... | 23 |
| 2.3 | A fome como lembrete permanente de desigualdade social entre as classes sociais..... | 28 |
| 3 | PROGRAMAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BÁSICA: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS BENEFICIÁRIOS EM RELAÇÃO À MARCHA DO ACESSO NA REGIÃO DE CR-PB | 32 |
| 4 | CONCLUSÃO | 47 |
| | REFERÊNCIAS..... | 49 |

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre os sentimentos e as vivências dos seres humanos considerando suas particularidades e lugares sociais de pertença é sempre um desafio para todo e qualquer pesquisador. Isso ocorre porque o mesmo se encontra diante de dados, objetos de pesquisa e/ou fenômenos/fatos, o que exige análises subjetivas para a interpretação das subjetividades. Ao buscar analisar a dinâmica dos processos de humilhação social nos CRAS da região de Catolé do Rocha-PB, deparei-me com um menino que há muito tempo parecia estar adormecido, e que ao ouvir os relatos angustiantes dos aspirantes à condição de beneficiários despertou efusivamente uma dor que ele sentia. A sensação de “também sentir sua dor” passou a ser recorrente em cada período da audição das narrativas observadas nos CRAS que compuseram o *corpus* desta pesquisa.

E é através do incômodo provocado por essas memórias afetivas e experiências revividas ao escutar algumas narrativas de descasos relatados durante as visitas aos CRAS, que nos propomos aqui a estudar esta temática da humilhação social vivenciada no processo de busca aos programas sociais observado por meio da análise dos discursos pautados pelos agentes dos CRAS. Sem dúvida, as lembranças do menino que acompanhava sua mãe à "Casa da Família¹" para tentar consertar o “Bolsa Família²”, ainda estão presentes em minha memória, tais como as cenas causadoras de angústias nos centros de atendimento, que atualmente ainda se repetem e são presentes em alguns dos CRAS analisados. Com isso, o foco central deste TCC é compreender os relatos correspondentes às diversas situações de humilhação social vivenciados entre os usuários nesses locais no âmbito do universo da pesquisa de campo por nós conduzido, a saber, a região de Catolé do Rocha-PB.

Nesse sentido, o menino que não entendia o desespero da mãe que morando na zona rural e sem outra renda, acordava às 4h da manhã e se dirigia à Casa da Família para enfrentar uma enorme fila para tentar ajeitar seu benefício, seu único ganha pão, era angustiante e assustador para uma criança que em meio a sua ingenuidade e inocência não entendia o que se passava. Quem poderia explicar às

¹ Nome pelo qual era chamado o local de assistência para ingressar e resolver problemas relacionados aos programas sociais na cidade na qual residíamos na época.

² Programa de transferência de renda básica, nomeado no governo de Luís Inácio Lula da Silva pela Medida Provisória 132, no dia 20 de outubro do ano 2003, e transformada em Lei no dia 9 de janeiro do ano de 2004, pela Lei Federal n. 10.836 (Agência Gov., 2023).

crianças o que se passava naquele contexto social e a sua possível repetição atualmente?

Gonçalves Filho (1998, p. 52) afirma que “a realidade da sociedade de classes, atravessada pela desigualdade política, participa de um círculo de mensagens enigmáticas e traumáticas. As crianças pobres frequentemente se chocam[...]”, e é essa desigualdade que faz com que as palavras, dotadas de símbolos traumáticas, que aquela criança escutava ao acompanhar sua mãe, que ainda são muito presentes nos dias de hoje – e que ainda ecoam em minha memória, a exemplo de: "as fichas acabaram!", "o sistema está fora do ar!", "o computador quebrou!", "está bloqueado!" e "está cancelado" - marcassem a minha trajetória; eram tantos empecilhos que impediam sua genitora de adquirir o benefício que ela tinha certeza que era um direito.

Das falas de quase desespero de minha mãe ainda recordo: "Moço, eu preciso desse dinheiro, meus filhos estudam e eu vivo desse dinheiro, é pouco mais ajuda. Eu tenho direito a ele". Ante às circunstâncias, as lágrimas em seus olhos sempre insistiam em cair quando saíamos angustiados do local sem resolver. E foi essa mulher forte, que arrancou do lugar mais profundo da sua alma, uma força que observamos hoje presente entre as mulheres que procuram os CRAS em busca do seu benefício, que a fez lutar e insistir por diversos anos em busca de seu tão sonhado programa social do Governo Federal. Foram tantos momentos que o coração daquela criança ficava apertado ao ver sua mãe triste e angustiada.

Foi esse incômodo provocado pela situação de descaso e sensação de humilhação enfrentados nos CRAS que nos motivou a produzir este trabalho, enquanto um dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Letras Português, no qual construímos nossas principais questões de pesquisa, a saber: em que medida e com qual recorrência se dão os processos de humilhação social nos CRAS da região de Catolé do Rocha-PB e como esses tendem a ser evitados de estigmas sociais?

Esses sujeitos, que assim como minha mãe, ao tentarem ter acesso aos programas sociais, passaram por situações de constrangimento, muitas vezes, não tendo seus direitos assistidos e sendo desrespeitados ao lutarem por eles. A referida realidade ainda tão presente em nos dias atuais, leva-nos à necessidade de indagar, analisar e identificar nas narrativas discursivas dos indivíduos que vão hoje aos CRAS as limitações e situações nas quais são narradas situações de humilhação social e de desrespeito enfrentados contidamente para acessar políticas e programas sociais do

governo federal. Para nós, é imprescindível pesquisar os processos de humilhação social, a fim de construirmos uma explicação científica para o problema posto neste trabalho, a saber as situações experienciadas de humilhação social entre os beneficiários dos programas sociais na região de CR?

Com o uso de uma metodologia qualitativa de caráter exploratório, por meio de entrevistas semiestruturadas, fizemos uma análise dos discursos experienciados por pessoas que passaram por situação de humilhação social ao tentarem acessar políticas e programas sociais nos CRAS da região de Catolé do Rocha-PB (CR), especificamente nas cidades de: São Bento-PB; Bom Sucesso-PB; Brejo dos Santos-PB; Brejo do Cruz-PB; Belém do Brejo do Cruz-PB; Jericó-PB; Riacho dos Cavalos-PB; e, por último, como sede da nossa pesquisa pelo motivo de ser o *locus* do Campus-IV/UEPB, a cidade de Catolé do Rocha-PB. Na maioria dos discursos dos entrevistados, eram relatados as situações de desrespeito, de humilhação social e de abuso hierárquico em ambientes de assistência social. Com base nas narrativas coletadas, verificamos como a negligência e o desrespeito à cidadania ainda são presentes na nossa realidade social.

Dentre as principais variáveis observadas destacaram-se as seguintes: a) a angústia de não ter ainda recebido o cartão do PBF II; b) a ansiedade por ter sido excluído da condição de beneficiário; c) o dilema de “não saber” dialogar com os membros dos CRAS que em muitos casos usam de um procedimento de arrogância para com os aspirantes a beneficiários, em algumas situações constrangendo-os e humilhando-os significativamente; d) a percepção de ausência de capitalização digital por parte dos beneficiários que “não sabem”, na sua maioria, lidar bem com as plataformas digitais.

É nesse contexto, que tomamos como objetivo principal de pesquisa analisar os discursos de indivíduos marginalizados socialmente, os quais necessitam passar pelo escrutínio dos CRAS, e nesse processo atravessam situações de humilhação social ao tentarem ter acesso aos programas sociais. Esses relatos foram recolhidos através de conversas informais, cujas identidades e localização dos entrevistados permanecem anônimas ao longo deste trabalho. Ainda enquanto procedimento modificamos os nomes desses, substituindo os originais por fictícios. As narrativas ouvidas nos levou a captar parte dos dramas, sofrimentos e situações que mostram que a classe pobre sente a dor de ser a rebaixada, a dominada e a humilhada, produto de um pensamento histórico-cultural de controle e de poder.

Assim sendo, de modo amplo, buscamos entender nesta pesquisa: a) quais são os desafios enfrentados pelas pessoas que precisam dos serviços dos CRAS para obter acesso aos programas sociais? e b) quais foram as estratégias utilizadas pelas pessoas para driblar as situações de humilhação social sofrida nos CRAS? c) quais os discursos de indivíduos que atravessaram situações de humilhação social nos CRAS da região de Catolé do Rocha-PB? d) como se dá a relação entre os usuários e os funcionários nos CRAS da região de Catolé do Rocha-PB?

Nossa perspectiva teórica foi centrada nas ideias discutidas por autores como: Amélia Cohn (2012); Gonçalves Filho (1998; 2007); Pierre Bourdieu (1997); Foucault (1987; 2014) entre outros. Nessa trajetória, investigamos e discutimos sobre como os processos de humilhação são potencializados, à medida que os aspirantes à condição de beneficiários dos programas sociais devem ser considerados cidadãos que buscam direitos constitucionalmente assegurados a pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Segundo o sítio GOVBR (2023), o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é considerado um espaço para assegurar direitos aos indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade social. Sendo esse responsável por fazer o Cadastro Único, orientar e realizar inscrições nos programas sociais e dar assistência às famílias em diversas situações sociais. Entretanto, ao analisarmos as falas e vivências experienciadas por usuários nos CRAS, verificamos relatos de desrespeitos, humilhação e dificuldades desses ao tentarem lutar pelos seus direitos. Usuários esses ao necessitar da proteção social do estado para sobreviver. Ao contrário, na maioria das vezes, encontram entraves a dificultar ainda mais a demanda requerida.

Um sinal forte desse desrespeito é referido em grande parte na obra *Cartas ao presidente Lula: Bolsa Família e Direitos Sociais (2012)*, da socióloga Amélia Cohn, a qual relata várias narrativas de desrespeitos aos beneficiários na tentativa de acessar o programa Bolsa Família I, cuja travessia os remetia às situações de impedimento e de humilhação social recorrentemente. Dentre os principais dilemas apresentados nas narrativas discursivas, eram recorrentes, segundo a autora, relatos de desrespeito por parte dos funcionários dos CRAS, devido a uma estrutura organizacional ainda frágil à época da criação do PBF I, seguido de uma constante sensação de humilhação dos usuários.

Para Cohn (2012), esses, ao tentarem se cadastrar ou resolver algum problema relacionado ao programa social, passavam por diversos empecilhos, como:

a longa espera para ser atendido, o fato de ser mal atendido e tratado com arrogância, e de não conseguir resolver seu problema e ter o acesso ao benefício negado. Por causa dessa humilhação, esses resolveram protestar através da escrita de cartas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim sendo, seguindo a linha de pensamento de Cohn (2012) e dos demais teóricos acima citados, o presente trabalho, que se divide em dois capítulos, analisa principalmente os discursos punitivos ainda tão presentes em nossa realidade, assim como os relatados por Cohn, pois mesmo tendo passado quase duas décadas da publicação de seu livro, as narrativas ainda são atuais na nossa realidade. Assim, nossa pesquisa se divide nos seguintes capítulos: o primeiro, denominado “apontamentos teóricos”, discorre sobre teorias para entender os processos de humilhação social em nossa sociedade, ou seja, entender como esses são construídos socialmente; por fim, versa entender como ocorre as divisões de classes na sociedade.

O segundo, intitulado “Programas sociais de transferência de renda básica: a importância e os desafios enfrentados pelos beneficiários em relação à marcha do acesso na região de CR-PB”, explana a importância da Transferência de renda básica no Brasil para o acesso da classe pobre a renda e a dignidade humana. Também discute sobre a maneira como ocorre a procura por assistência nos CRAS para acessar os programas sociais do Governo Federal, e como esse processo é marcado por uma série de intempéries. Fechando as cortinas temporárias, apresentamos a maneira como acontece e são experienciados os processos de descaso e maus tratos aos sujeitos que frequentam os CRAS. Por fim, apresentamos as considerações finais e as referências deste TCC.

2 APONTAMENTOS TEÓRICOS

2.1 A dinâmica dos processos de humilhação social

Na maioria dos depoimentos recolhidos por nós nos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) na região de Catolé do Rocha-PB, a palavra “humilhação” era algo recorrente nos relatos dos usuários que procuravam assistência para resolver pendências e se cadastrar nos programas sociais do governo Federal. Relatos como o de Paula³ retratam bem a fronteira de humilhação vivenciadas por esses: “A pessoa vai atrás de um direito que o governo dá e sai humilhada. (...) os funcionários de lá só sabem humilhar a pessoa, não dão nenhuma informação direito”.

É nesse contexto, a partir de discursos como o de Paula, que procuramos entender qual o sentido da palavra “humilhação”, a qual é cheia de nuances enigmáticas. Etimologicamente a palavra humilhar vem do Latim “humiliare”, a qual tem o significado de rebaixar, tornar baixo, desprezível. É sob esse sentido que a trazemos para o nosso trabalho, com o intuito de destacar e descrever os sentimentos de inferioridade, de impedimento, de rebaixamento e de desprezo sentidos pelos sujeitos ao falar: “fui humilhado(a)!”.

Gonçalves Filho (1998) nos mostra que a humilhação social é um problema político, econômico, psicológico e social, o qual é disparado pela desigualdade de classes, de gêneros e étnico-raciais; essa é sentida pelos indivíduos que as experienciam como uma dor violenta, um sentimento de angústia, de inferioridade, de rebaixamento e de impedimento às necessidades humanas. Desse modo, vemos que a humilhação social é uma situação mediada pela grande história de rebaixamento que perpassa sua família e seu grupo social. Por exemplo: a situação de rebaixamento e submissão enfrentados hoje pelas classes socialmente vulneráveis, especificamente, os subempregados, os desalentados e os desempregados, começou pela situação de escravidão dos africanos e o rebaixamento dos indígenas com a colonização. Conforme nos mostra Gonçalves Filho (2007, p. 06):

Humilhação social é sofrimento longamente aturado e ruminado. É sofrimento ancestral e repetido. Um sofrimento que, no caso brasileiro e várias gerações atrás, começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesados sobre nativos e africanos, depois sobre imigrantes baixo assalariados.

³ Todos os nomes dos entrevistados citados neste trabalho são fictícios

Alcançou roceiros, mineiros ou operários, também uma multidão de pequenos servidores, subempregados e desempregados (Gonçalves Filho, 2007, p. 06).

Assim sendo, percebemos que a humilhação veiculada nos discursos depreciativos é um fenômeno de construção histórica, no qual antes de atingir um único indivíduo, atinge, também, seu grupo, sua etnia e sua classe social. Esse sofrimento de dimensões coletivas é sentido como inferiorização e rebaixamento, impedindo um determinado grupo do acesso a bens e direitos. Além disso, o indivíduo que vivencia a humilhação social não está sozinho, a situação de rebaixamento precisa do agressor simbólico para acontecer. De modo mais amplo, não haveria humilhação sem a desigualdade das posições de classes, sem o sujeito que o inferiorizasse e rebaixasse sua dignidade ao chão.

Ademais, Bourdieu (1997) ressalta que em decorrência da violência simbólica os indivíduos reproduzem costumes e padrões, inconscientemente, através de suas escolhas e ações; atuando como parte dos indivíduos, os quais tomam como suas as escolhas feitas pelo grupo no qual foram caracterizados. Bourdieu (1997, p. 204) considera como violência simbólica:

toda coerção que só se institui por intermédio da adesão que o dominado acorda ao dominante (portanto à dominação) quando, para pensar e se pensar ou para pensar sua relação com ele, dispõe apenas de instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominante e que faz com que essa relação pareça natural (Bourdieu, 1997, p. 204).

Nesse sentido, verificamos que toda forma de opressão se forja por intermediação do acordo implícito que o grupo dominado determina com o dominante, pois as normas criadas pelos grupos que obtêm maior poder social, naturalizam, em certa medida, costumes arbitrários, fazendo com que pareça ser uma relação natural entre os grupos sociais. Essa chega a causar danos psicológicos e morais e se apresenta em diferentes esferas sociais, tais como sobre a raça, o gênero, a cultura, a nacionalidade ou a orientação sexual. Assim, a humilhação social não está impregnada somente na classe pobre, mas sim, em qualquer grupo que por algum motivo esteja na condição de inferioridade.

Dessa forma, observamos que essa situação de rebaixamento social se dá através de frases ou gestos que diminuem o sujeito; e são utilizadas por um grupo em detrimento de outro, com o objetivo de trazer uma mensagem discursivamente enigmática de inferioridade e de rebaixamento. Muitas vezes, esse processo acontece

subconscientemente, pois foi construído historicamente, estando tão impregnada nos valores culturais que as pessoas não têm a consciência de sua dimensão simbólica ou dos efeitos negativos e psicológicos que provocam nos humilhados.

De forma geral, a humilhação social é, sobretudo, uma relação de poder e pode ser entendida como uma violência, e assume a ação de dominação, deixando claro que o humilhado é inferior e submisso. Assim, ao passar por uma situação de rebaixamento, o humilhado irá sofrer uma grande dor, uma sensação de insegurança e uma angústia. Essa dor que o indivíduo irá sofrer ao passar pela situação de humilhação é também compartilhada pelo seu grupo, assim, ela é social porque é construída e exercida por um grupo contra outro. Pois, de acordo com Gonçalves Filho (1998) a humilhação social começa de maneira não consciente ou reflexiva para seus praticantes, dado que sua origem é histórica e política.

Para Gregolin (1988, p.118) “as ideias não existem desvinculadas das palavras, a linguagem é um dos lugares onde se materializa a ideologia”. Assim, entendemos que a humilhação social também é uma construção linguística, pois se dá a partir da imposição e da repetição de discursos impregnados da ideologia do poder e do controle. Essa acontece discretamente, sem que se compreenda o motivo pela qual é imposta e aceita. Isso porque a humilhação social precisa da linguagem para ser naturalizada e aceita, os sujeitos que as experienciam e as praticam crescem ouvindo os discursos “autorizados” a imporem quem é o dominado e quem é o dominador. Esses discursos normalizam a humilhação social, em contrapartida a dominação de classes. Ademais, ela é criada pelas instituições de poder com o objetivo de controlar as classes mais vulneráveis, as quais fazem com que os processos de controle ocorram através da biopolítica de docilização dos corpos.

A humilhação social é, nesse caso, usada como uma arma para reforçar a ideia de desigualdade de classes, através dos dispositivos interditos dos discursos estigmatizadores, ao reforçar, por exemplo, a ideia de inferioridade entre grupos, especificamente, a classe vulnerável economicamente e os grupos minoritários em direitos sociais em detrimento a classe mais prestigiada. Conforme Foucault (1987), o discurso é demasiadamente disciplinador e fabrica sujeitos. Por esse viés, verificamos que essa divisão de grupos ao longo da história se potencializou, instituindo a um determinado grupo a ideia de superioridade, e ao outro a de inferioridade.

Assim, verificamos que é essa ideia de sujeito superior e inferior que leva, em certa medida, alguns funcionários dos CRAS à sensação de superioridade ao se

verem em um grupo social distinto, disciplinado socialmente como superiores; mesmo esses sendo, na maioria das vezes, pessoas que pertencem ao mesmo grupo social. É nesse cenário de hierarquia que muitas pessoas vão vivenciar as situações de descaso e humilhação em ambientes sociais.

É essa ideia de superioridade ao outro, que faz a dominação ser recorrente entre as relações de grupos diferentes. Essa diferença, como salienta Foucault (2014), é resultado de um controle de discursos, os quais são determinados pelas instituições ao decorrer da história, e escolhe aquilo que o faz funcionar como verdadeiros, como objetos de poder e saber, assim, criando o discurso hierárquico de superioridade e inferioridade, de quem pode e quem não pode falar. Nesse cenário, por exemplo, o patrão, como superior, se sente no direito de mandar e humilhar seu empregado, e esse tem o dever de obedecer e aceitar, pois, é assim que as instituições estabeleceram como normas.

De acordo com Foucault (2014), os discursos estão presos em relações de poder e saber, e há normas que os determinam e controlam, determinando com base em regras de verdade, quem e o que pode falar em cada época, como ressalta o autor: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa” (Foucault, 2014, p. 9). Assim, através de um discurso construído historicamente, percebemos, que a classe socialmente vulnerável é, quase sempre, posta como inferior e sem voz ativa, enquanto, a classe média, possuidora do capital educacional e seus complementos, é denominada como superior e apta a estabelecer o veredicto de voz “imperial” para com os que não o possuem, como é o caso dos sujeitos que procuram os CRAS para resolver suas pendências no CadÚnico/Bolsa Família.

Além disso, Foucault (1987) ressalta que há disciplinas sociais de controle que buscam naturalizar a dominação e controlar os sujeitos mais vulneráveis para torná-los mais úteis economicamente e limitar sua autonomia política e social. Essa disciplina visa também controlar as capacidades físicas do corpo do indivíduo, mecanizando-o para desempenhar tarefas de utilidades econômicas, e assim, reduzindo suas forças em termos políticos. Esse é um dos métodos de poder, o qual leva as pessoas a normalizar a dominação, pois ao mecanizar as relações e o disciplinamento dos corpos, os sujeitos tornam-se úteis economicamente, embora politicamente sejam considerados submissos e sem vez e voz para decidir.

É nesse viés, que a humilhação social é construída como ferramenta de dominação e controle social, impedindo os mais vulneráveis de sua humanidade; esses, sendo tratados, quase sempre, como objetos de serventia econômica, submissos, os quais devem se submeter a trabalhos árduos pouco remunerados sem reclamar. Essa aceitação é, em grande medida, herança social de seus antepassados, então é “natural” em seu grupo. Esses, ao terem sua força política esvaída, muitas vezes, perdem o direito a voz ou se rebelam e usam de comportamentos violentos para serem ouvidos.

Desse controle histórico, socialmente construído, surge o discurso de sujeito superior e inferior ao fazer com que um sujeito se sinta no direito de rebaixar, excluir e humilhar o outro tido como inferior. Assim, o sujeito oprimido tenderá a sofrer um impedimento e exclusão do acesso aos direitos sociais. De acordo com Gonçalves Filho, (1998 p. 44) na humilhação social estão presentes duas condições:

o rebaixamento político internaliza-se no oprimido com força traumática extraordinária, ao mesmo que, exteriormente, constitui a exclusão do homem para fora do âmbito do reconhecimento intersubjetivo – a exclusão que se internaliza, ela mesma interrompe as condições pelas quais o humilhado enfrentaria sua humilhação (Gonçalves Filho, 1998 p. 44).

Desse modo, verificamos que o rebaixamento é sentido de uma forma traumática, a qual internaliza no oprimido a ideia de subordinação, de não possuir direitos e de não ter a liberdade e naturalidade de frequentar certos lugares, levando-os à condição de dominados e subordinados, pessoas que não possuem poder, voz e nem vez. Em síntese, é a humilhação social que leva os sujeitos a submissão e a exclusão; privando-os do desejo e também os tornando indiferentes às relações sociais, fazendo com que se considerem desprovidos de direitos.

Além disso, a humilhação social se manifesta como circunstância e comoção, privando os sujeitos de frequentar ambientes sociais, de consumir determinados produtos, de dialogar politicamente, de lutar pelos seus direitos e da realização de seus desejos; tomando-os como máquinas a serem manipuladas e humilhadas. Por esse caminho Gonçalves Filho (2007, p. 291) afirma:

Enquanto fato a humilhação social pode ser caracterizada pelas experiências de impedimentos, de privações que impossibilitam aos humilhados concretizarem suas necessidades humanas, não apenas utilitárias e de consumo, mas para além delas: o desejo pela beleza, a capacidade da conversa, e a sua capacidade política de ação sobre a realidade. Esses impedimentos são frutos dos processos de reificação que roubam do

rebaixado seus traços de humanidade e o constitui como objeto a ser manipulado à produção da riqueza dos dominadores. Os sujeitos humilhados tornam-se meios para atingir fins econômicos, bens de consumo e utilitários que os descaracterizam e buscam os destituir de suas capacidades políticas (Gonçalves Filho, 2007, p. 291).

Logo, é evidente que a humilhação social é construída socialmente pelos grupos dominantes, como forma de manipulação e impedimento para com os grupos de menor poder econômico. Os quais são privados de alguns ambientes sociais, de consumir determinados produtos, de concretizar desejos, e de exercer a capacidade de dialogar e agir politicamente. De modo geral, rebaixa esses indivíduos a objetos manipuláveis, transformando-os em instrumentos para servir e enriquecer seus dominantes; destruindo suas capacidades de lutar e concretizar seus desejos e necessidades. Assim, a humilhação social é sentida, pelos que a vivenciam, como uma angústia e consome internamente a imaginação, o corpo, a voz e os gestos do humilhado; moldando-os aos padrões sociais estabelecidos pelos dominantes, os tidos como os donos do poder.

Diante do exposto, relacionamos a construção histórica, política e psicológica da humilhação social aos casos específicos observados por nós nos CRAS da região de Catolé do Rocha-PB, analisamos que é/era recorrente as situações de descaso perante os indivíduos da classe vulnerável. Com isso, verificamos que ao procurarem assistência para os programas sociais, recorrentemente, enfrentavam situações de incongruências da humilhação processada na instrumentalização das falas dos que detém o capital simbólico do conhecimento sobre as regras legais dos programas sociais, especificamente, o PBF II.

Essa Violência, na maioria das vezes, silencia as falas entre os que estão a tentar ajustar sua condição de beneficiários. Poucos são os que utilizam suas falas para confrontar a instabilidade dos “capacitados”. É nesse sentido, que as reflexões de Bourdieu (1997) e de Foucault (2014) convergem e nos dão subsídios para entender a manipulação através do uso do capital linguístico, da economia truculenta das trocas linguísticas e no polvilhamento de um discurso que opera para justificar o silêncio e reconhecer a humilhação social.

Na próxima sessão deste primeiro capítulo de TCC buscamos entender a maneira como ocorre os processos de divisão de classe social, e a forma como essa desfavorece grupos específicos, principalmente, a “classe pobre”, em um contexto histórico e social que privilegia os capitais econômicos herdados por integrantes da

classe dominante. Para nós, as estórias truncadas dos sujeitos “indesejáveis” são avassaladoras à dignidade humana.

2.2 A invisibilidade dos sujeitos “indesejáveis” e a estrada da divisão de classe: as sinuosidades da vulnerabilidade social na região de CR

No livro *A metamorfose*, de Kafka, a personagem Gregor Samsa em uma certa manhã acorda metamorfoseado em um inseto monstruoso, repulsivo e insignificante. Fora da ficção, verificamos que a classe pobre é tratada tal qual o inseto “asqueroso” descrito por Kafka, o qual é desprezado, humilhado, desassistido socialmente e desprovido de sua humanidade. A classe pobre, ao longo do percurso de sua existência lida com a exclusão, humilhação, desprezo e seu estado de submissão perante seus dominantes. Diversas são suas pedras nos caminhos, pois em uma sociedade capitalista que só tem valor quem possui bens e riquezas, e a divisão econômica é desigual, existe uma hierarquia de grupos sociais.

De acordo com Bourdieu (1989), a sociedade é uma estrutura social hierarquizada de poder e privilégio, determinada por uma divisão desigual de relações econômicas, culturais e materiais. Assim, nessa divisão, a qual o rico ocupará o topo da pirâmide, os menos favorecidos socialmente sofrerão as principais mazelas da dominação. Nesse sentido, os sujeitos, os quais trazem de seus antepassados a herança de serem os inferiores, criam as crenças no ato de socialização, fazendo com que pareça uma relação natural.

De forma geral, esse é um processo histórico e institucionalizado, que está tão internalizado socialmente que as pessoas nele envolvidas não têm consciência. Essa construção, na perspectiva Foucaultiana, torna-se responsável para que o discurso seja mantido de acordo com o determinado pelas regras que o faz funcionar como verdadeiro, Para Foucault (1979, p.10) “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros [...]”. Com isso, verificamos, que a divisão de classes é denominada como regra de verdade, e vista como um processo natural e sistemático de uma sociedade.

Nesse viés, observamos que as instituições elevaram a classe mais favorecida a ideia de superioridade, os “donos do poder”, os quais têm o direito de dominar e controlar os mais vulneráveis, transformando esses em sujeitos sem voz e direitos,

para que assim se tornem submissos, e trabalhem para enriquecer ainda mais a classe dominante. Por outro lado, os mais vulneráveis sequer podem usufruir do material que produzem. Evidenciando uma sociedade injusta; a qual a classe pobre sofre as consequências de ser reconhecida como “inferior” e a dominada.

O percurso enfrentado por esses indivíduos é desafiador, inúmeros são os obstáculos que os cercam. Entre os obstáculos que mais os assombram, como verificamos na região de Catolé do Rocha-PB, estão: o fato de não terem acesso à uma renda, não terem oportunidades de trabalho ou o fato de serem explorados quando possuem. É nesse cenário de incertezas, que esses irão passar por situações de rebaixamento, descaso, humilhação e de privações do acesso às necessidades básicas, como: o acesso à moradia, à saúde, à educação e à alimentação. Sabemos que a divisão de classes em nossa sociedade é feita de maneira injusta, nessa divisão os mais vulneráveis lidam com os desafios de serem os inferiores; enquanto os mais ricos os exploram e os submetem a trabalhos precários e mal remunerados.

O filósofo e sociólogo Karl Marx (1980) ressalta que quando se trata da divisão do trabalho, o trabalhador é explorado pela burguesia. Assim, ao ser o submisso, automaticamente esse indivíduo passa a ser o “inferior”, o sujeito sem direitos e que deve viver dos mandos e desmandos, os quais devem, através de ideologia, suportar, sofrer e resignar-se por sua condição social economicamente desfavorável. Diversas são as dificuldades pelas quais esses indivíduos passam em ambientes sociais, nos quais prevalece o sistema de majoração aos capitalizados, ou seja, só tem valor aquele que possui os capitais, seja econômico ou cultural.

As classes burguesas e/ou elites são as que dominam e exploram constantemente os indivíduos pobres, esses se submetem e sofrem as consequências da inferioridade, são coisificados e tratados como insignificantes e expostos a situação de miséria e humilhação. É a humilhação, como assevera Marcia Tiburi (2021), que “nadifica” quem a sofre, os transformando em nada. A autora ressalta, em seu livro *Complexo de Vira Lata*, que a humilhação está na construção das classes, das raças, dos gêneros e de toda desigualdade que existe na sociedade, e é também a responsável por movimentar “o sistema ideológico-econômico do capitalismo”. E é ela que transformam os sujeitos em submissos e obedientes, enquanto frutos do que a autora considera como resultante de uma sociedade complexada e regida por um complexo de “vira lata”.

Nesse sentido, observamos que a desigualdade de classe social é, em grande medida, resultante de sujeitos nãificados, ao cumprir a estratégia do capitalismo, que tem como objetivo transformar os descapitalizados economicamente em submissos e sem direitos, os quais amargam o dessor provocados pela maximização do lucro em uma sociedade economicamente dominada pelo capitalismo. Dessa forma, a situação de pobreza e a de extrema pobreza vivenciada pela classe mais vulnerável representa a realidade de diversos brasileiros que sofrem por sua situação econômica. Geralmente, a pobreza resulta de um conjunto de fatores: políticos, econômicos, socioculturais e históricos.

O IBGE (2023) aponta, que em 2018, 46 milhões de pessoas ainda viviam em situação de pobreza no Brasil, esses, na grande maioria das vezes não tinham acesso aos serviços mais básicos, como acesso à água tratada, ao saneamento básico e à energia elétrica. Cenários esses também vivenciados pela grande maioria dos beneficiários dos programas sociais da região de CR, como podemos analisar em falas como a de Paula: “Já não basta a humilhação que a pessoa passa todo dia, ainda somos humilhados quando chegamos aqui, quem não tem nada na vida sofre, nem trabalho pra pessoa tem, a pessoa não tem um banheiro, nem água encanada em casa [...]”.

Paula, a despeito da situação de pobreza e da falta de acesso às necessidades básicas, frisa sobre as dificuldades vivenciadas por quem não possui oportunidades de trabalho remunerado e de acesso à renda. Além da sensação de ser humilhada ao procurar acesso ao mínimo de dignidade nos CRAS, também é constante a humilhação em seu cotidiano, pois a falta de direitos e do acesso aos serviços básicos é sentido por ela como uma violência; é esse desarranjo que a torna de certa maneira invisível.

Nesse sentido, analisamos que situações como a de Paula é recorrente na realidade entre os demais beneficiários da região em tela, a grande maioria, convive com o fruto da desigualdade: a miséria, a fome, a humilhação e a falta de necessidades básicas (como saneamento básico, alimentação saudável e a falta de oportunidades). Essa realidade nos leva às seguintes indagações: como vamos compreender essa desigualdade em um país no qual a constituição federal que rege as leis, na teoria, se diz igualitária? Todos os cidadãos realmente possuem o acesso aos direitos previstos nessa?

Infelizmente, a resposta está presente aos olhos da maioria da população, basta olhar para as ruas, as periferias e as pessoas nas imensas filas dos CRAS à procura de uma assistência social que os garantam acesso às melhores condições de vida. Essas situações, só reforçam a imensa desigualdade presente no nosso país, esses indivíduos têm de lidar com a fome, as doenças, a insegurança, a violência e a discriminação social. Observamos nas narrativas estudadas por nós, que a sensação de desespero, em vista de sua condição de miséria, era recorrente. O fato de não ter o que comer, não ter uma casa para morar e de não ter como pagar as contas era humilhante. Conforme podemos verificar através do relato de Maria Clara:

A pessoa que é pobre e não tem onde morar e como fazer feira é **humilhada direto**, eu vivo desesperada, se for depender da ajuda dos outros para poder viver estamos lascados. Estou agora morando com meu irmão porque não tenho onde viver, é família, mas morar de favor não é fácil. Eu trabalhava fazendo faxina, não era nada certo, mas dava para ajudar nas despesas, daí adoeci da coluna, e não pude mais trabalhar. Faz um tempo já que quero fazer o bolsa família, já vim muitas vezes aqui e não consigo ajeitar. Se não fosse meu irmão, eu e meu menino estava morando na rua. (Marta Clara, aspirante à beneficiária dos programas sociais na região de Catolé do Rocha-PB, trecho do depoimento recolhido por Renato Silva).

Nesse contexto, verificamos que a situação de pobreza é sentida pelo indivíduo como uma constante humilhação, pois o indivíduo sente a dor de ser o rebaixado, o submisso e o inferior, tendo que suportar a violência da falta de direitos perante a situação de vulnerabilidade, por não ter acesso às necessidades básicas, como: alimentação, moradia e serviços de saúde. De acordo com IBGE (2023), a pobreza no Brasil caiu de 44% para 22% da população em uma década, fruto do investimento governamental em programas sociais para as classes mais pobres, melhorando assim as condições de vida das famílias de 2008 a 2018. Mesmo assim, o número de pessoas em situação de miséria ainda é enorme. A maioria desses, não têm dinheiro suficiente nem para cobrar alimentos que garantam as necessidades diárias de suas famílias.

Além disso, quando ouvimos Maria Clara, mãe solteira e impossibilitada de trabalhar, observamos que ela depende da boa vontade do irmão para não ir morar na rua. A mesma ressalta que é complicado não ter autonomia financeira e que para sobreviver depende da ajuda dos outros; segundo ela a sensação de não ter um lugar para morar e como comprar comida é humilhante: “A pessoa que é pobre e não tem onde morar e como fazer feira é humilhada direto”. Para nós, a falta de renda impossibilita Maria Clara de ter acesso aos direitos mínimos, se não fosse a ajuda dos familiares ela estaria desamparada

quase por completo. Também notamos que ela está há bastante tempo em busca de adquirir o acesso ao programa social para conseguir alguma independência econômica.

Leonardo Santos de Oliveira, gerente da pesquisa de orçamentos do IBGE destacou em reportagem divulgada pelo G1 (2023) que “A pobreza se concentra mais nas famílias com crianças do que sem crianças. Se a gente olha para as famílias onde a pessoa de referência é preta ou parda, a gente observa que a pobreza continua concentrada mais nas famílias com essa característica”. Desse modo, verificamos que são os negros, pardos, mulheres e as famílias que possuem crianças as que mais sofrem com a situação de vulnerabilidade social no Brasil. Pois como já discutimos anteriormente, esse é resultado de um longo processo histórico de desigualdades, o qual coloca, respectivamente, as mulheres e os negros em condições de inferioridade aos homens e/ou aos de etnia branca.

Sendo assim, o fato de no passado o Brasil ter sido uma colônia de exploração, predominantemente dominada pelos homens, é visto como um dos principais causadores da desigualdade social ainda hoje tão presente em nossa sociedade. Fruto desses processos, estão as famílias chefiadas por muitas mulheres solteiras e de etnias negras, as quais não possuem muitas oportunidades em uma sociedade racista e, predominantemente dominada pelo patriarcalismo; essas por não terem acesso à renda veem os programas sociais como suporte para a autonomia.

Isso se evidencia em dados publicados pelo GOVBR (2024), no qual foi ressaltado que “83% dos responsáveis familiares são mulheres, um total de 17,5 milhões. Levando em conta o total de beneficiários, 73% se declaram de cor preta/parda”. Ante ao exposto, observamos que o público feminino e de etnia preta predominam os locais de assistência aos programas de transferência de renda no Brasil e na região em tela como pudemos verificar em nossas visitas aos CRAS, na qual o número de mulheres era muito maior que o de homens, evidenciando o fato de serem elas a maioria a se encaixarem aos critérios de elegibilidade do PBF II⁴.

Essas enfrentam obstáculos constantes, lhes faltam comida na mesa, educação de qualidade aos filhos, acesso a oportunidades de emprego e moradia

⁴ De acordo com o MDS (2023), como condicionalidades requeridas pelo Programa Bolsa Família II está: a renda familiar autodeclarada pelas famílias da extrema pobreza e pobreza no Cadastro Único (CadÚnico). A família é considerada de extrema pobreza se sua renda não ultrapassar o limite de R\$ 0,01 a R\$ 105,00 já se a renda for de R\$ 105,01 até R\$ 218,00 é denominada como situação de pobreza.

digna. Vale ressaltar, que o fato delas, na maioria das vezes, residirem na zona rural, local na qual são escassas as oportunidades de trabalho remunerado, dificulta o acesso delas à renda, impossibilitando-as de se libertar do ciclo da pobreza e das opressões sociais.

Todavia, é importante ressaltar que na nossa sociedade a desigualdade social é frequente, e que os considerados inferiores são marginalizados e repudiados pelos superiores. Desse modo, lamentavelmente, observamos que é a posição social que esses indivíduos ocupam que determinam como serão tratados na sociedade, os que possuem melhores condições de vida terão acesso aos melhores atendimentos e tratamento perante a sociedade, enquanto os de classe baixa sofrerão as mazelas da dominação, passarão por situações de desrespeitos e silenciamento. Na sessão a seguir nos concentraremos em analisar a maneira como a fome é fruto de um produto de concentração de riquezas. A questão aqui é entender as possibilidades de superá-la.

2.3 A fome como lembrete permanente de desigualdade social entre as classes sociais

Concomitante à pobreza, emerge também a fome, a qual representa um dos momentos mais críticos na vida dos vulneráveis socialmente, o fato de não ter nada para comer é uma violência avassaladora. A insegurança alimentar afeta terrivelmente a qualidade de vida dos indivíduos, provocando a desnutrição e até mesmo a morte. A insegurança alimentar aparece onde não há renda e é fruto das questões sociais, políticas e econômicas, destacando as desigualdades sociais e a pobreza.

Segundo a ONU, em reportagem divulgada pelo jornal Folha de São Paulo (2023), no Brasil existem 10,1 milhões de pessoas passando fome, e a fome para esses é o constante lembrete da desigualdade de classes. Nesse contexto, percebemos a urgência de medidas para sanar essa situação. Dado que não podemos aceitar que assim como o inseto descrito por Kafka, o qual só recebia migalhas e restos de lixo para se alimentar, cidadãos tenham que procurar restos e migalhas nos lixões para se alimentar. Pois, assim como disse o cantor e compositor Cazuza na música *maior abandonado*: “Migalhas dormidas do teu pão \ Raspas e restos \ Me interessam”; nós acrescentamos: ‘Migalhas e restos não nos interessam’.

As narrativas recolhidas por nós nos CRAS da região estudada, mostram-nos que a fome representa uma das maiores situações de humilhações vivenciadas entre essas pessoas. Esses relatos são fortes e chegam a nos despertar para o real sofrimento dos socialmente marginalizados: um exemplo marcante nesse contexto é o relato de Maria Daguia:

Estou a 3 meses tentando resolver meu problema, fui cortada e até agora não conseguir ajeitar. **Estou passando fome sem esse dinheiro.** Não tenho dinheiro nem para comprar um leite ou biscoito, estou aqui desde as 4h da manhã sem comer nada. **A fome é humilhante,** não ter o que comer é triste e doloroso, ver os filhos pedirem comida e não ter como dar é terrível. Não desejo isso a ninguém (Maria Daguia, aspirante à beneficiária dos programas sociais na região de Catolé do Rocha-PB, trecho do depoimento recolhido por Renato Silva).

Quando ouvimos Maria Daguia, nos chamou atenção o fato de que sem o programa social ela não teria como comprar comida e assim não teria acesso aos serviços mínimos de necessidades básicas. Ela diz que a fome é mais uma forma de humilhação, e que é doloroso não ter como sanar a fome de seus filhos quando pedem comida; a mesma ressalta que não deseja essa situação a ninguém, pois é um sofrimento cruel e doloroso passar fome por não ter como comprar alimentos.

Nesse contexto, verificamos que a fome é mais uma violência social, a qual destaca a dura realidade de um Brasil desigual. Assim, esses indivíduos, que durante muito tempo estiveram invisíveis para a sociedade, conviveram com a ocultação da situação precária da fome. Infelizmente, durante muito tempo o país que mais produz e exporta alimentos silenciou um dos mais graves problemas da humanidade, a fome entre sua nação, como afirma Castro (1948, p. 14) “Foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente”.

Durante diversas décadas, muitos brasileiros conviveram com a insegurança alimentar em silêncio e sem assistência dos órgãos públicos, a maioria desses, presenciaram seus irmãos, filhos, pais e amigos morrerem de desnutrição por causa da falta do que comer. É recente as discussões sobre como lidar com a situação da fome no Brasil. Foi apenas nas últimas décadas que a situação da fome ganhou um enfoque nos holofotes da classe política e, em certa medida, da mídia, quase sempre ao apresentar a fome de forma sensacionalista. Nesse processo, evidencia-se o fato

de a fome não ser resultado de escassez de alimentos, pois somos o país que mais produz no mundo, segundo a Embrapa (2022), no ano de 2021, o Brasil registrou:

marcos importantes no agro: foi o maior exportador mundial de soja do planeta (91 milhões de toneladas); terceiro maior produtor de milho e feijão (105 milhões e 2,9 milhões de toneladas, respectivamente); mais de um terço da produção mundial de açúcar é gerado aqui, liderança absoluta no produto; e o maior volume de carne bovina exportada do mundo saiu daqui (2,5 milhões de toneladas) (Embrapa, 2022).

Notamos, assim, que não é a falta de alimentos a responsável pela fome no Brasil e na região de Catolé do Rocha-PB, mas sim, a desigualdade e desrespeito aos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988, ao excluir dos sujeitos o direito do acesso ao mínimo de dignidade humana. No livro *Geografia da fome*, Josué Castro afirma que “A fome não é um fenômeno natural. É um fenômeno social, produto de estruturas econômicas defeituosas”. Nesse sentido, observamos que a fome não é consequência da falta de alimentos, tampouco, de influências climáticas ou de falta de esforço da população, porém, de um problema político e de desigualdade social, no qual as divisões econômicas são feitas de maneira desorganizada.

Apenas nos últimos vinte anos, especificamente, o Brasil começou a olhar com mais detalhe para os indivíduos socialmente necessitados. A criação de programas sociais, a exemplo do Fome Zero e do Bolsa Família, foi um dos avanços mais significativos quando se trata de acabar com a situação da fome. Esses programas surgem com o objetivo de cessar com o ciclo da pobreza e da fome, dando a oportunidade do acesso à renda àqueles que não a tinham, garantindo a comida na mesa e melhores condições de vida. Foi graças ao Bolsa Família, que no ano de 2014 o Brasil conseguiu sair do mapa da fome da ONU.

Entretanto, de acordo com matéria do G1 (2022), no ano de 2018, fruto de um esvaziamento sistemático dos programas sociais, o país retorna ao mapa da fome. A desorganização estrutural das políticas públicas afetou, drasticamente, nas medidas de combate à fome, aumentando assim o número de pessoas em situação de miséria no país. Isso nos alerta para destacar que a fome não foi definitivamente erradicada e, constantemente, ainda maltrata diversos indivíduos. É nesse contexto, que no próximo capítulo nos propomos a entender o quão essenciais são os programas de

Transferência Básica, e como esses assumem um importante papel no combate a situação de pobreza e da fome no Brasil.

3 PROGRAMAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BÁSICA: A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS BENEFICIÁRIOS EM RELAÇÃO À MARCHA DO ACESSO NA REGIÃO DE CR-PB

Gostaríamos de iniciar essa sessão com uma questão para nós primordial: o quão fundamental é um programa de transferência de renda para as classes socialmente vulneráveis? Ao longo da pesquisa, verificamos que os programas sociais assumem um papel fundamental para as pessoas que não possuem acesso a oportunidades de trabalho formal ou de outros meios de acesso à renda; pois, essa é a realidade de diversos sujeitos que procuram os CRAS para ter acesso aos programas sociais na região de Catolé do Rocha-PB, realidade essa vivenciada por diversos brasileiros, os quais não têm oportunidades de trabalho remunerado, passam fome e outras necessidades materiais. Esses enfrentam os desafios de viver em situação de miséria, e ainda encontram diversos obstáculos ao irem atrás dos PTRB.

De modo geral, a falta de acesso à renda desumaniza as pessoas, tornando-os, em certa medida, coisificados. Muitas dessas passam seus dias procurando comida, seja esmolando ou se submetendo a trabalhos precários, a exemplo, catar lixo para que possam ter o que comer; assim como a escritora Carolina Maria de Jesus ressalta em seu livro *Quarto de despejo, diário de uma favelada*. Nesse, a autora relata ser recorrente as angústias enfrentadas por aqueles que não possuem nenhuma renda, e para que possam sobreviver passam por situações desumanas, como o fato de ter que comer comida estragada recolhidas do lixo descartados por outras pessoas por não ter outra opção para saciar a fome. Ferindo, assim, a dignidade desses sujeitos na condição de seres humanos.

Essa realidade enfrentada por Carolina Maria de Jesus nos anos sessenta, é quase a mesma que diversos sujeitos vivenciaram no Brasil durante muito tempo. Esses não tinham acesso a oportunidades de emprego remunerado e viviam como animais para sobreviverem. É com o objetivo de sanar essa tremenda humilhação, “a fome”, que os órgãos públicos, nos anos noventa e começo dos anos dois mil, começam a pensar em um meio de aliviar a situação de pobreza para os mais vulneráveis no Brasil. Infelizmente essa realidade ainda persiste atualmente, principalmente para aqueles que não conseguem oportunidades de trabalho remunerado e o acesso aos programas sociais do governo federal.

Ao longo da história, diversos são os exemplos de sociedades as quais a classe pobre carrega o estigma de ser o dominado, no qual a fome e a humilhação são constantes lembretes de desigualdade de classes. É nesse contexto, que surge a necessidade da criação de uma política pública a qual assegurasse o direito, que a Constituição Federal de 1988 garante a todos os brasileiros – o direito à saúde, à alimentação, à educação e à moradia. Nesse sentido, em vista da urgência para tirar as pessoas da pobreza e da situação precária da fome no Brasil, que surgem os programas de transferência de renda básica, garantindo a diversos indivíduos o acesso à alimentação e à renda.

Silva, Yazbek e Giovanni, (2004, p. 48), ressaltam que os Programas de Transferência de Renda Básica integram um direito social. Para os autores, esses emergem como estratégia para o enfrentamento do círculo da reprodução da pobreza no Brasil, e assegurar o mínimo de dignidade para pessoas em situações precárias. Além disso, segundo eles, existe uma desigualdade de riqueza e renda, e isso é um dos principais causadores da situação de miséria no país; essa redistribuição deveria ser focalizada, tanto nas classes altas, a qual seria cobrado mais imposto, como nas classes pobres, a qual aconteceria a redistribuição de renda.

Sob esse viés, entendemos que os programas sociais surgem como medida para amenizar a situação da fome e da pobreza para os que estão em situações de vulnerabilidade, pois é notório que existe um desequilíbrio social e econômico entre as classes sociais. Segundo Amélia Cohn (2012), esses programas, especificamente o Bolsa Família, assumem um papel de grande importância como fonte de renda para aqueles que não têm alternativa de emprego ou de outras formas de acesso à renda. Assim, o benefício social garante o acesso desses ao consumo mensal das necessidades básicas, como o acesso à alimentação, à educação e à saúde. Em síntese, os programas sociais constituem-se como um importante meio para o ingresso à renda dos que não possuem acesso a oportunidades de emprego.

Além disso, Cohn (2012, p.97) também ressalta que “o Bolsa Família aparece como garantia de segurança para “aqueles” que não têm nada na vida, ela vem associada ao fato de que quando doentes, sem o Bolsa Família não tem como comprar medicamento”. Nesse sentido, verificamos que os programas sociais, especialmente o Bolsa família, além de promover o acesso à alimentação, assume para aqueles que não têm forma de sobrevivência digna, um papel de segurança e de

proteção. Pois sem essa renda, quando estão doentes, não teriam como comprar medicamentos. Verificamos isso no relato de Andreia:

O Bolsa Família me ajuda demais, com ele eu não preciso dormir pensando em como vou pagar a bodega e a farmácia amanhã, também com ele posso comprar alguma coisa para meus meninos. O Bolsa Família para mim significa muito, significa a segurança de ter como pagar meus remédios e comida, sem ele eu e meus meninos estávamos lascados, pois moro no sítio e não tem outro jeito de ganhar dinheiro, lá onde moro não tem serviço, só varanda de rede, mas não dar pra pagar nem o leite dos meninos com esse dinheiro (Andréia, aspirante a beneficiária dos programas sociais na região de Catolé do Rocha-PB, trecho do depoimento recolhido por Renato Silva).

Em sua narrativa Andréia fala sobre a importância do programa Bolsa Família na sua vida. Com a garantia desse, ela diz que tem como pagar suas contas, “a bodega e a farmácia”. Sem o acesso ao programa social, Andréia afirma que não teria como comprar seus remédios e a alimentação, pois a única forma de ganhar dinheiro onde mora é fazendo “varanda de rede⁵”, trabalho mal remunerado, o qual não dá para pagar, como a mesma salienta: “nem o leite dos meninos”. Ela diz que estaria “lascada” sem o PBF, pois mora na zona rural, lugar no qual, na maioria das vezes, as alternativas de empregos são escassas, assim, não teria como manter as despesas básicas necessárias para seu lar.

Notamos, no depoimento de Andreia que a função social do Programa Bolsa Família é realmente um auxílio para a família, ou seja, a beneficiada demonstra, não apenas ela, mas também todos os demais participantes, estarem preocupados com o alimento dos filhos, da família, e não apenas a preocupação consigo mesmo. Fato este, que demonstra o quanto se deve pensar no outro, visualizar o outro que pertence a mesma classe e condição de existência, o outro outrora excluído como alguém pertencente a uma família nação.

Acerca disso, verificamos que os programas sociais se constituem como um alívio para as pessoas que não possuem acesso ao trabalho remunerado e à renda. Esses, por não possuírem qualificação suficiente ou por residirem em locais onde as oportunidades são escassas, não têm oportunidades de adentrar ao mercado de trabalho, e quando possuem, são explorados pelos patrões, submetidos a trabalhos braçais intensos e mal remunerados. Com essa ajuda, eles conseguem diminuir um pouco o sofrimento e sensação de angústia, passam a se sentir aliviados por terem acesso às necessidades básicas e poderem comprar seus medicamentos e alimentos.

Ademais, a distribuição de renda não tem como objetivo apenas acabar com a miséria, mas também mudar o ambiente social na qual esses sujeitos estão inseridos, o qual muitas das vezes pode ser causador de sofrimento. Em alguns relatos recolhidos por nós na região de CR, verificamos que algumas pessoas relataram que dependiam da “boa vontade” de familiares para terem onde morar e o que comer sem o PBF; outras diziam que sem o programa dependiam de empregos mal remunerados, como: fazer “varanda de rende” ou “trabalhar como diarista” para que pudessem sobreviver; pois sem o benefício não possuíam autonomia financeira para desenvolver maior liberdade.

Nesse caso, esses sujeitos enfrentavam situações de humilhação e constrangimento por parte dos parentes, empregos mal remunerados e patrões autoritários. Esses não podiam se libertar dessas situações porque não possuíam autonomia financeira e oportunidades, e tinham que viver de doações e ajuda dos outros, sendo impedidos de exercer sua vontade, desejos e voz. Em outras palavras, o acesso ao dinheiro advindo dos programas sociais é uma base material de autonomia para as pessoas que não tem oportunidades para sobreviverem sem dependerem de doações ou familiares.

O programa Bolsa Família, nesse caso, abre para os sujeitos que não têm expectativa de aquisição de renda e, conseqüentemente, liberdade, a oportunidade do acesso a uma vida diferente; assim, abrindo espaços para que possam escolher o que comer, o que vestir e o que comprar. De modo mais amplo, dando a oportunidade de decidir como gastar, o que as doações e Transferência de Renda Básica anteriores não proporcionavam, pois as doações de cestas básicas pelos agentes públicos e familiares não eram capazes de abrir espaços mínimos de liberdade pessoal. Porém, convém lembrar que antes do PBF I, as pessoas que não possuíam acesso à uma fonte de renda não tinha a chance de expressar, minimamente, suas necessidades, gostos, desejos e preferências, sendo obrigados a consumir o que aparecesse enquanto sobra. Em outras palavras, eram indivíduos invisíveis e sem voz.

A implementação de programas sociais, como o Bolsa Família, também representa tentativas de ajudar os indivíduos a saírem de situações injustas de humilhação e sofrimento, como a fome, situação de pobreza extrema e a dependência financeira. No caso das mulheres, que é o maior público desses programas como pudemos verificar nas nossas visitas aos CRAS na região analisada, os benefícios sociais proporcionam a independência econômica, com o seu amparo elas deixam de

dependem do salário do marido e de familiares; dando-as liberdade para sair de ambientes violentos e de submissão.

No entanto, as situações de humilhação e impedimento ainda continuam presentes na vida dessas. Pois, como pudemos observar, os processos que as levam ao acesso a esses programas sociais também provocam diversas situações de constrangimento e humilhação, seja pelo difícil acesso ao atendimento ou aos maus tratos cometidos pelos funcionários nos CRAS. Desde a gênese dos programas sociais que os beneficiários enfrentam desafios, as pedras no caminho sempre estiveram presentes para esses. Seja pela difícil caminhada perpassada para adquirir o programa ou pelo fato de não terem a permanência assegurada, assim correndo o risco de serem cortados ou de serem tachados como preguiçosos e acomodados. Uma coisa é certa no referido contexto, essas pessoas “não têm nenhum emprego porque o lugar não oferece emprego devido ao tamanho” (Cohn, 2012, p. 159)

Para nós e de acordo com a literatura em pauta, os beneficiários dos programas sociais não são acomodados, mas faltam-lhes oportunidades de emprego e acesso à renda para uma subsistência digna. A maioria dessas famílias enfrenta diversos desafios para entrar e permanecer no programa. Suas idas aos CRAS, como observamos na região estudada, são constantes pelo fato de sua permanência não ser uma garantia, sendo necessário a atualização do CadÚnico de dois em dois anos e a necessidade que se siga as condicionalidades⁵. Com base em Cohn (2012), percebemos que o Programa Bolsa Família I, e agora o II⁶, era/são considerados um “quase direito”, pelo fato de não garantir a permanência, pois o beneficiário pode ter o seu acesso ao benefício bloqueado ou cancelado a qualquer instante se não se encaixar aos critérios e não seguir as condicionalidades exigidas.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em agosto de 2023, mais de 21,1 milhões de famílias foram beneficiadas pelo programa Bolsa Família II. Dessas, 1,4 milhão tiveram o benefício bloqueado ou suspenso e não puderam sacar a parcela no mês de agosto. Nesse

⁵ Para manter a permanência assegurada no Programa Bolsa Família II, as condicionalidades são: cumprimento do calendário nacional de vacinação e acompanhamento do estado nutricional, para os beneficiários que tenham até 7 (sete) anos de idade incompletos; realização de pré-natal das gestantes; para as crianças de quatro a cinco anos, frequência escolar mínima de 60% e 75% e para os beneficiários de seis a 18 anos incompletos que não tenham concluído a educação básica (MDS, 2023).

⁶ Segunda versão do Programa Bolsa Família, de 2023-presente; sancionada pela Lei 14.601/23, que criou o programa Bolsa Família.

sentido, verificamos o fato desse programa não ser um direito permanente, e a qualquer momento poderá ocorrer algum problema e o beneficiário terá que se encaminhar ao CRAS para resolver as falhas e dúvidas de divergências.

A inconstância de garantia faz com que essas pessoas enfrentem constantemente a sensação de insegurança, a qual os leva ao desespero quando o benefício é bloqueado ou cancelado. É essa insegurança, o medo de ter sua fonte de renda para alimentar a família cortada e a sensação de ter seu direito tomado que faz com que os beneficiários se revoltem e se submetam às situações de humilhação e de desrespeito à sua pessoa. Nessas circunstâncias, muitos deles chegam a ficar atordoados e envergonhados por terem que resolver e não saber expressar, por medo do seu discurso “competente”, ou seja, não saber falar aquilo que se deseja. Desse contexto, formulamos uma questão instigante, como acontece e quais são os desafios enfrentados na busca por assistência aos programas sociais nos CRAS?

No processo para ter acesso aos programas sociais, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) assume um papel de grande importância, pois é o lugar no qual os indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade social, fazem o Cadastro Único, e a inscrição do Programa Bolsa Família, condição essa que lhes assegura desfrutar dos direitos proporcionados pelo cadastro. Por esse lado, percebemos o quão importante é o CRAS. Entretanto, enquanto espaço cujo foco visa acolher os postulantes ao benefício dirimindo dúvidas, ocorre, porém, em alguns casos, a operacionalização de uma ótica de humilhação social para os sujeitos vulneráveis.

Cohn (2012), no livro *Cartas ao presidente Lula: Bolsa Família e Direitos Sociais*, ressalta alguns dos dilemas, dos desafios e das situações de humilhação social enfrentados por beneficiários do programa Bolsa Família relacionadas no instante desses irem em busca de acolhimento e resolução de problemas do benefício nos locais de assistência social. Nas cartas enviadas ao presidente Lula, em um desses relatos, um dos beneficiários relata: “pensei que ia encontrar um funcionário, mas encontrei foi um cavalo” (Cohn, 2012, n.p). Nas nossas visitas aos CRAS, nos deparamos com alguns relatos similares a esse, nos quais são relatadas as situações de descasos, de desrespeito e de maus tratos por parte dos escriturários para com os beneficiários que frequentam os CRAS da região de Catolé do Rocha-PB.

Nos CRAS da região em tela, verificamos que os processos que levam os beneficiários aos programas sociais são repletos de dificuldades e desafios. Pois,

infelizmente, parte considerável dessas pessoas ao procurarem os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) enfrentam diversas situações de humilhação social para conseguir a entrada, o recebimento e a permanência no Bolsa Família II. Esses vivenciam diversas formas de impedimento ao procurar assistência, são silenciados, destratados e humilhados.

Essa realidade se agravou ainda mais nos anos de 2021 a 2023. Durante esse período, verificamos que os CRAS tiveram um aumento considerável na procura por assistência para ingressar nos programas sociais, as filas nesses ambientes eram enormes. Esse aumento se deu devido à necessidade de resolução relativa ao CadÚnico, agravada pela pandemia de COVID-19 em 2020, por causa da suspensão nos atendimentos e, posteriormente, a criação de um novo programa social em 2021, o “Auxílio Brasil” e a recriação do extinto “Bolsa Família” em 2023⁷, os quais fizeram com que diversas pessoas procurassem os CRAS para atualizar seus cadastros, e assim pudessem ingressar nos programas sociais.

Em síntese, observamos que as situações de descaso e humilhação social foram elevadas devido à uma aglomeração de pessoas na atualização do Cadastro Único dos aspirantes a beneficiários no período pandêmico e a uma posterior “desorganização” na atualização desses cadastros nos CRAS e nos municípios, nos quais os funcionários não foram preparados adequadamente para lidar com a situação, e a falta de informação a comunidade. Esses fatores fizeram com que se agravasse ainda mais as interações entre os funcionários e os usuários nos CRAS.

Nesse período, nos discursos recolhidos por nós nos CRAS da região de Catolé do Rocha-PB, era recorrente a existência de relatos de diversas situações de humilhação social pelas quais os aspirantes e beneficiários passavam. Esses, ao tentarem ingressar ou resolver algum problema quase sempre enfrentaram uma certa desorganização estrutural, situação de descaso e humilhação social nos ambientes de assistência social responsáveis por esses programas. Podemos observar essas situações de descasos nos relatos de Paula e de Francisca:

Desde terça feira passada que eu tento pegar uma ficha e não consigo (choro), eu moro no sítio, venho de carro de linha, o carro só chega aqui as 7h e já está lotado quando chego. Eu só insisto porque onde moro não tem serviço para gente, só não morri de fome ainda por causa dos meus vizinhos que me ajudam, eu me sustentava com esse dinheiro e sem ele tá muito difícil. Não consigo ajeitar, eu não aguento mais, tô gastando o dinheiro que

⁷ Criado pela Lei 14.601/23, que recriou o programa Bolsa Família.

não tenho com frete e não consigo ser atendida” (Paula, aspirante à beneficiária dos programas sociais na região de Catolé do Rocha-PB, trecho do depoimento recolhido por Renato Silva).

“muito sofrimento para ser atendido aqui, faz 3 dias que venho e só hoje que vim mais cedo que conseguir pegar uma ficha. Mesmo assim, vou ter que esperar nesse sol, é para lascar mesmo! O pobre sofre muito quando vai atrás dessa ajuda que o governo dá para não morrer de fome” (Francisca, aspirante à beneficiária dos programas sociais na região de Catolé do Rocha-PB, trecho do depoimento recolhido por Renato Silva).

Quando ouvimos o depoimento de Paula observamos que para as pessoas que assim como ela residem na zona rural, a situação é mais difícil, pois além da falta de oportunidades, o acesso aos serviços fornecidos pelo estado é mais difícil. Além disso, no ano de 2022, devido às circunstâncias trazidas pela implementação do Auxílio Brasil, as filas dos CRAS ficaram enormes, as pessoas chegavam a dormir nas filas para serem atendidas. Para Paula e demais pessoas que residem na zona rural os desafios para conseguirem ser atendidas era ainda maiores, pois o fato de dependerem de transporte coletivos (vans e Veronez) para se deslocarem, fazia com que não chegassem há tempo para pegar as fichas e serem atendidas, pois a demanda por atendimento era muito grande e os CRAS não estavam conseguindo atender a demanda.

Além disso, observamos que para Paula e Francisca os programas sociais assumem um papel fundamental para o acesso à renda. Elas deixam evidente em seus depoimentos as constantes situações de descaso e humilhação que tinham que enfrentar para conseguirem ser atendidas e terem o acesso ao benefício assegurado. Desse modo, elas nos mostram como é real as situações de descaso enfrentados por diversos sujeitos para serem atendidos nos CRAS. Os entraves para esses são enormes; inúmeros são as armadilhas que os cercam.

É essa construção da ideia de superioridade entre grupos, que faz com que um grupo específico de funcionários públicos “despreparados” devam achar ser natural desprezitar a classe mais vulnerável, a qual é alvo constantemente de maus tratos perante serviços fornecidos pelo Estado. Porém, sabemos que o Estado tem o dever de fornecer serviços dignos a todos os cidadãos brasileiros, sem distinção de classe, raça ou gênero; colocando em prática o que está previsto no artigo 5 da constituição federal de 1988, o qual garante o direito à dignidade, à assistência e aos serviços públicos de qualidade.

De forma geral, quando se trata de dar assistência e apoio às pessoas das classes mais pobres, o Estado na grande maioria das vezes falha, abandonando-as. Ademais, os mais vulneráveis foram, por muitas décadas, desprezados pelo Estado, o qual foge de seu dever de criador de ambientes estimulantes para o atendimento e acolhimento para assegurar direitos. Sabemos que é dever das instituições públicas criarem políticas para fornecer informação e capacitação aos agentes para que assim se capacitem e possam atender com respeito e eficiência.

Ao observarmos os relatos dos sujeitos que buscam o acesso e permanência aos programas sociais na região em tela, observamos que os processos de humilhação social são potencializados nos centros de referência e assistência social (CRAS), à medida em que os aspirantes à condição de beneficiários são descapitalizados em seus conjuntos múltiplos, de acordo com a teoria de Pierre Bourdieu (1997). E isso os faz, na maioria das vezes, se submeter à uma vontade adversa.

Mesmo tendo encontrado na maioria das narrativas a existência de falas de situações desconfortáveis nos CRAS, foi possível também observarmos situações nas quais os beneficiários dos programas sociais foram bem acolhidos e saíram com seu problema resolvido. Em alguns dos casos os beneficiários relatavam serem bem recebidos e muitos retornavam para agradecer e dizer: “moço, meu bolsa família deu tudo certo! Estou recebendo bem meu dinheiro, graças a Deus deu certo”. Para nós uma reciclagem e uma maior racionalização dos serviços prestados poderia, em muito, reduzir situações de desconforto nos ambientes dos CRAS.

Ressaltamos que neste trabalho o nosso principal objetivo é analisar os principais dilemas enfrentados cotidianamente pelos indivíduos ao procurarem os CRAS em busca dos programas sociais, demos luz aos problemas enfrentados por esses. Entre os problemas, está o dilema de “não saber dialogar” com os funcionários, os quais utilizam de formas de comunicação arrogantes, constringendo-os e humilhando-os. Em um desses relatos, verificamos a falta de preparo dos funcionários, os quais na maioria dos casos não têm, ou não recebem, uma preparação adequada para o tratamento com público, pois está a ocupar um cargo “político”. Observemos o depoimento de Maria Clara:

Ela o tempo todo tava com uma cara enjoada, e tratando mal todo mundo, ela só trabalha lá porque é babona do prefeito. Ouvir o pessoal falar que ela é irmã da mulher do prefeito, e que está trabalhando lá só porque ele colocou.

Digo uma coisa, ela não sabe dizer uma informação que preste a ninguém, só faz humilhar as pessoas. Toda vez que venho aqui ela não quer me atender, diz que é para eu baixar um aplicativo, que de casa eu ajeto. Moço, nem celular eu tenho (Maria Clara, aspirante à beneficiária dos programas sociais na região de Catolé do Rocha-PB, trecho do depoimento recolhido por Renato Silva).

De acordo com Maria Clara alguns dos funcionários dos CRAS de sua cidade estão a ocupar essa vaga por ser próximo de algum político, ela diz que a funcionária em questão citada por ela “é irmã da mulher do prefeito”. Ela ainda ressalta que essa não tem qualificação para o cargo o qual está ocupando, nem preparo para atender as pessoas que buscam assistência, pois trata essas com indiferença e desrespeito. Na fala da aspirante a beneficiária dos programas sociais, a mesma é “arrogante” e, constantemente, humilha e desrespeita os indivíduos que por ela são atendidos.

Nesse viés, percebemos que a questão do nepotismo é presente na maioria das pequenas cidades, as quais são conduzidas por funcionários desqualificados, sem preparo e sem competência de lidar com os usuários, não sabendo resolver as demandas e tirar as dúvidas das pessoas, assim, perpetuando a exclusão desses indivíduos na esfera pública. Ademais, verificamos que alguns funcionários dos CRAS assumem posturas individuais, tratando as pessoas como objetos, assumindo laços apenas com os “apaniguados”, tratando as demais como coisas que devem ser desprezadas e despachadas. De forma mais clara, assume um papel personalista de troca quase “monetária” de serviços e tempo, assim, mecanizando sua relação com os sujeitos que necessitam de seus serviços que não estejam a lhes agradar.

Nesse relato, verificamos também a percepção de ausência de letramento digital por parte dos beneficiários, os quais não sabem lidar com as plataformas digitais ou não possuem acesso ao aparelho celular. Nessa perspectiva, segundo um levantamento do Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV (Fundação Getúlio Vargas), divulgada pelo UOL (2021), a exclusão digital, durante o período da implementação do auxílio emergencial em 2020, atingiu mais as classes D e E; muitos desses, ficaram de fora do auxílio por não ter ou não saber manusear o aparelho celular e por ter o acesso limitado à internet; o que dificultava a realização do cadastro digital e o acesso ao aplicativo “Caixa Tem”.

Para nós, a descapitalização digital é recorrente entre as classes socialmente vulneráveis, as quais enfrentam barreiras para ter acesso às plataformas digitais dos programas sociais. Observamos que muitos dos indivíduos que procuram o CRAS na

região por nós estudada não possuem letramento digital; e quanto mais pobre eram esses sujeitos, maior as porcentagens de reclamações. Com isso, esses, por não saber utilizar as ferramentas para buscar informações simples, tinham de enfrentar filas enormes apenas para solucionar pequenas dúvidas, as quais poderiam ser obtidas por meio do aparelho celular. Em meio a esse contexto, questionamo-nos acerca da maneira como ocorrem os processos de humilhação social nos CRAS da região de Catolé do Rocha PB?

Diversas são as narrativas discursivas de situações traumáticas vivenciadas nos CRAS ouvidas por nós ao longo das nossas visitas na região de Catolé do Rocha-PB. Esses, suportam situações de descaso e maus tratos por parte dos escriturários, lutam nas enormes filas, muitas vezes, expostos ao sol. Em alguns casos sofrem e chegam a morrer por sua condição social; pois, na maioria das vezes, essas pessoas que buscam os CRAS, a fim de obter o acesso aos programas sociais, são indivíduos na maioria das vezes indesejados socialmente, os quais procuram nesse benefício um meio para sobreviver com dignidade através de uma renda segura.

Além disso, os beneficiários dos programas sociais enfrentam um certo estigma perante a sociedade, como demonstra a literatura relativa à temática. Muitas vezes, esses são designados como “preguiçosos” e “acomodados”; mas sabemos que isso, em grande parte, não é verdade, pois as mazelas que os assolam são reais, esses enfrentam enormes barreiras para sair da situação de vulnerabilidade social. Pois, faltam-lhes oportunidades de emprego remunerado, de moradia e de acesso à alimentação digna. Além do mais, verificamos que é comum esses indivíduos sofrerem humilhação ao buscar assistência nos centros de referência da assistência social, nos quais, em muitas das vezes, são mal-recebidos, rejeitados, discriminados, xingados dentre outras formas de desrespeito. Causando uma fragilidade e sentimento de inferioridade.

De acordo Gonçalves Filho (1998, p.53) “os pobres sofrem frequentemente o impacto dos maus tratos. Psicologicamente, sofrem o impacto de uma mensagem estranha, misteriosa: ‘você são inferiores’”. Dessa violência simbólica, observamos uma forte carga experienciadas, frequentemente, pelos beneficiários nos CRAS; pois a trajetória até o benefício é marcada por situações de humilhação e descaso. Como discutimos anteriormente, a ideia do sujeito sem direitos e que deve viver dos mandos e desmandos do (des)arranjo social é recorrentemente observada na vida desses. Verificamos isso presente no relato a seguir:

alguns funcionários aqui do CRAS são bem mal-educado. Um dia desses vim aqui resolver um problema no meu auxílio, porque não tava conseguindo sacar um dinheiro do meu auxílio, o cara me tratou muito mal, me senti humilhada. A pessoa chega lá cedo, eles não cumprimentam a gente só porque somos pobres, na hora de atender são abusados e não sabem informar as coisas direito, vivem com a cara feia. A gente só aguenta isso porque precisa, se não a pessoa morre de fome. Não tem emprego onde eu moro, cidade pequena não tem emprego para todo mundo (Júlia, aspirante à beneficiária dos programas sociais na região de Catolé do Rocha-PB, trecho do depoimento recolhido por Renato Silva).

Nesse contexto, analisamos que as situações de indiferença ocorridas nos CRAS são uma realidade no cotidiano dos usuários. Esses, suportam situações de desconforto porque precisam do benefício, sem a ajuda no complemento da renda não teriam como sobreviver e teriam uma potencialização da condição de vulnerabilidade social. Na maioria das situações observadas, muitos não tinham acesso à uma renda, e assim como Júlia, teriam de se submeter a situações de descaso e desrespeito para ter acesso ao programa; esses mesmos sendo mal atendidos, continuam a insistir e lutar pelo acesso ao programa.

Além disso, o desespero para ter o acesso aos programas aceito, faz com que muitos os beneficiários persistam até conseguir. Essas pessoas, além do sentimento de angústia, de tristeza e de humilhação, também enfrentam no cotidiano o sol, a chuva, a fome e a sede; são pessoas as quais necessitam do dinheiro desses programas para alimentar suas famílias, muitas delas têm o programa como única fonte de renda, como podemos verificar no relato a seguir:

Com esse tal de pente fino o governo tá cortado muita gente que precisa, que passa fome, eu sou a favor que corte quem não precisa, mas a pessoa que precisa, que faz feira e paga as contas com esse dinheiro, como é que fica quando é cortado? **Eu só tenho o Bolsa família para dar de comer a meus filhos, não posso ser cortada.** Para ajeitar temos que enfrentar essa fila enorme, que a pessoa nem sabe que horas vai ser atendida, tem gente que chega aqui 4h da manhã. **Isso é angustiante e desumano, a pessoa ter que passar por uma situação de humilhação,** ter que enfrentar esse sol, tem pessoas aqui que não tem dinheiro nem para comprar um lanche, é arriscado ter um problema de saúde por causa desse sol quente, nem ficha tem para todo mundo aqui (Rita, aspirante à beneficiária dos programas sociais na região de Catolé do Rocha-PB, trecho do depoimento recolhido por Renato Silva).

Para Rita a experiência vivenciada nos CRAS é angustiante e desumana. Bem como o fato de não conseguir ser ouvida, enfrentar uma fila e no final sofrer o peso de não ser atendida. Nesse viés, analisamos as inúmeras narrativas reveladoras do sentimento de angústia. Consoante, Gonçalves Filho (1998, p. 44) “em psicanálise, o

nome para afetos inomináveis é sempre o mesmo: angústia, o mais desqualificado dos afetos, moeda dos afetos traumáticos”. Assim, verificamos que é esse afeto traumático, nomeado por quem o sofre como “angústia”, que faz o humilhado sofrer sem ter consciência do que realmente o tortura.

Ademais, a relação entre os usuários e os funcionários nos CRAS da região de Catolé do Rocha-PB, na maioria das vezes, se dá de uma maneira conflituosa. Essa chega a ocorrer porque predomina uma certa hierarquia entre os funcionários, isso devido ao fato desses serem, frequentemente, de um grupo social economicamente mais elevado ou próximos a alguém cujo enraizamento político o faz utilizar-se de fundamentos de “superioridade” a fim de “rebaixar” e “humilhar” o outro. Nesse processo, o inferior cala-se ou revolta-se se por ser desrespeitado, muitas vezes, utiliza da agressividade como escudo para desviar da agressão moral, já outros permanecem em silêncio e angustiados.

A agressividade é estratégia utilizada por alguns desses para driblar as situações de humilhação social. Verificamos que é frequente nos relatos, o fato de alguns beneficiários revoltarem-se com a situação de humilhação e descaso, e utilizarem “da agressividade” como forma de resistência para que assim possam ser atendidos e tenham seus direitos assistidos. Como podemos analisar na narrativa de Maria Daguia: “A situação aqui é difícil! No ano passado uma mulher cansada de vir e não ser atendida, trouxe uma faca e disse que se não fosse atendida naquele dia, ia mostrar ao pessoal daqui quem era ela”.

Na fala acima, fica claro que os conflitos são resultantes da permanência de uma estrutura historicamente construída, a qual exclui socialmente os menos desfavorecidos, ocasionando o sentimento de não possuir direitos. Assim, Gonçalves Filho (1998, p. 53) escreve: “O sentimento de não possuírem direitos, de parecerem desprezíveis e repugnantes, torna-se-lhes compulsivo: movem-se e falam, quando falam, como seres que ninguém vê”. Assim, verificamos que esses são impedidos da oportunidade de se expressar e de se comunicar, já que “ninguém os vê”, eles se revoltam e utilizam da agressividade para serem ouvidos e vistos e assim possam ter acesso aos seus direitos.

Essa privação do acesso aos direitos sociais é fruto da humilhação social e pode ser caracterizada como invisibilidade social. De acordo com Costa (2004), em seu livro *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*, a invisibilidade pública é uma realidade em nossa sociedade, em seu estudo, durante oito anos, ele usou o

uniforme e trabalhou como gari na Universidade de São Paulo; relatando que quando estava com a vestimenta de trabalho, seus amigos e colegas não o notavam, segundo ele, para o olhar da maioria, os mais vulneráveis e trabalhadores braçais são “invisíveis”.

Nesse contexto, verificamos que a classe pobre, especificamente os beneficiários dos programas sociais, assim como os garis e os trabalhadores braçais, enfrentam na pele a humilhação social e a invisibilidade perante a sociedade. Ao analisarmos os relatos experienciados nos CRAS da região estudada, observamos que grande parte das pessoas que procuram assistência não são ouvidas e enxergadas, muitas são tratadas como invisíveis e insignificantes; esse desprezo cria no indivíduo a sensação de invisibilidade, como podemos analisar no discurso de Paula:

A pessoa vai atrás de um direito que o governo dá e sai humilhada. Eles fazem de conta que **não existimos, nem nos escutam**; não estão nem aí se vamos ter o que comer ou não, o salário deles vão tá na conta no fim do mês, nós que estamos lascadas que temos que lutar e ser desrespeitada porque precisa desse dinheiro para viver. Eu choro toda noite porque não consigo ajeitar meu auxílio, muito triste nossa situação. Eles não se esforçam de maneira nenhuma para aquele trabalho, os funcionários de lá só sabem humilhar a pessoa, não dão nenhuma informação direito, são um bando de mal-educados. (Paula, aspirante à beneficiária dos programas sociais na região de Catolé do Rocha-PB, trecho do depoimento recolhido por Renato Silva).

Nesse relato, observamos o drama de Paula ao relatar sua indignação perante os desprezos enfrentados. Ela diz que alguns funcionários faziam de conta que ela não existia, não a escutava e nem resolvia suas demandas. Assim, percebemos que essa sensação de desprezo sentida por ela e vivenciada por diversas outras pessoas nos CRAS e em diversos outros ambientes é uma realidade na nossa sociedade. Diante do exposto, observamos que muitos dos funcionários dos Centros de Assistência Social usam de sua posição, tida naquele ambiente como superior, para desrespeitar e humilhar os supostos “inferiores”, os quais são tratados por eles como insignificantes e sem importância.

De modo geral, esses por pertencerem à uma posição econômica e sociocultural melhor e, por acreditarem que são “superiores”, se sentem no direito de humilhar e reduzir aqueles com menor condição social que os procuram atrás de assistência. Ademais, os mais vulneráveis não enfrentam apenas os maus tratos nos CRAS, alguns desses também relataram a existência de uma desorganização

estrutural; o desconforto nos locais de assistência e a falta de estrutura para a demanda dos beneficiários, podemos observar isso no relato de Clara:

temos que madrugar nas filas para ser atendido aqui, temos que enfrentar um sol quente danado muitas vezes, pois o CRAS não suporta todo mundo lá dentro, é um corredor muito pequeno que nem ventilador tem. Além do mais, muitas vezes, chega na nossa vez e a mulher fala que acabou as senhas, e temos que voltar só outro dia (Carla, aspirante a beneficiária dos programas sociais na região de Catolé do Rocha-PB, trecho do depoimento recolhido por Renato Silva).

São situações como essas que nos mostram o quão diversos são os muros que dificultam o ingresso dos mais vulneráveis aos programas sociais e, assim, ao acesso à renda e melhores condições de vida. Diversas são as formas de humilhação e de impedimentos sofridas pelos sujeitos que procuram os CRAS para resolver alguma demanda; esses atos de impedimento só reforçam a invisibilidade social enfrentada pela classe vulnerável na nossa sociedade.

Nesse viés, a humilhação é sentida como uma violação à dignidade humana. No instante em que tornam os sujeitos experienciados dessa, quase sempre, sem voz e submissos aos tidos como superiores. Ademais, os gestos e frases de humilhação social ultrapassam a cascata dos indivíduos e adentram na alma do humilhado, os transformando em sujeitos reprimidos e inseguros. Os atos diminuem o indivíduo, fazendo com que a lembrança permaneça após o ato de rebaixamento.

Além disso, ressaltamos que essas situações não acontecem apenas nos CRAS, mas sim, em qualquer ambiente que exista grupos tidos como inferiores. Os processos de humilhação social ocorrem tanto em lugares privados quanto públicos, seja nas escolas, nos hospitais, nas ruas ou nas lojas, bem como também na vida dos deslocados e desalojados socialmente. Ressaltamos que esses processos são estratégias sociais de dominação criadas historicamente pelos donos do poder, que como ressalta Foucault (1987), buscam naturalizar e controlar os indivíduos a fim de torná-los mais úteis para a sociedade capitalista, e assim, fazendo com que esses sejam politicamente submissos e sem voz para lutar pelos seus direitos.

4 CONCLUSÃO

É fato que as classes socialmente vulneráveis são as que mais enfrentam pedras no meio do caminho em uma sociedade predominantemente capitalista. Essas não possuem acesso às necessidades básicas, aos mínimos direitos sociais e, muito menos, o acesso à renda. Durante nossa pesquisa de campo, observamos que a maioria das pessoas que residem na região de Catolé do Rocha-PB não possuíam acesso ao mercado de trabalho, o que dificultava o acesso desses à renda formal. Pois, sabemos que nas pequenas cidades as oportunidades de serviço remunerado são poucas e, para os mais vulneráveis, são quase escassas.

Esse fato, faz com que grande maioria da população, principalmente as mulheres, tenha de recorrer aos programas sociais de TRB para conseguir ter acesso a um melhor planejamento. Entretanto, ao procurar os CRAS em busca do acesso a melhores condições de vida, e para que possam ter meios de comprar comida e remédio, enfrentam diversas formas de impedimento e humilhação social, tal como ficou evidente ao decorrer do nosso trabalho. Nós compreendemos que as pessoas que não possuem acesso a oportunidades de trabalho remunerado e à renda não conseguem ter estabilidade financeira, pelo menos de forma temporária, sem os programas sociais para suprir as necessidades básicas necessárias à sobrevivência e à dignidade humana.

Neste trabalho, através de uma análise minuciosamente de caráter científica, histórico, político e social sobre a humilhação social, observando os discursos das pessoas que necessitam de assistência para resolver pendências e se cadastrar nos programas sociais do governo nos CRAS da região de Catolé do Rocha-PB - apresentamos um estudo acerca de como ocorre os processos de humilhação social nesses locais. Logo, verificamos que os processos de humilhação social enfrentados pelas classes vulneráveis é fruto de uma relação histórica de desigualdade social entre as classes.

Assim, a humilhação social é uma construção histórica, criada pelas instituições de poder, as quais, em grande medida, naturalizaram os atos de violência simbólica produzidos pela classe economicamente mais favorecida em oposição às mais vulneráveis socialmente. A mesma é construída com o intuito de tornar quem a sofre, inferior e submisso às vontades dos tidos como superiores, os donos do poder. Foi nesse viés, que no decorrer do nosso trabalho nos propusemos a entender

as seguintes questões: em que medida, como e com qual recorrência se davam as situações de humilhação social nos CRAS?

Com isso, ao analisarmos os discursos das aspirantes à condição de beneficiárias, os quais atravessam situações de humilhação social ao tentarem ter acesso aos programas sociais, notamos que as situações de descaso, impedimento e humilhação social por parte dos funcionários nos espaços de atendimentos constituem uma realidade nos ambientes de assistência social na região estudada, as quais tomam dos sujeitos que a sofrem o direito da voz e o de frequentar certos ambientes sociais.

Além disso, verificamos que a humilhação social enfrentada por esses é fruto de um processo historicamente construído, o qual não acomete apenas um indivíduo em específico, mas sim, grande parte dos sujeitos indesejados socialmente. Nos CRAS da região em tela observamos que alguns dos que por lá passam, relatavam já ter vivenciado cenas de “horror” quando criança nesses ambientes ou já ter ouvido seus parentes e achegados narrarem os descasos enfrentados. E isso pode ser exemplificado na trajetória cíclica da TRB, ou seja, aquilo que constituía a história de integração da criança ao benefício, volta à cena, na maioria dos casos, quando essa se torna adulta e continua vinculada ao programa.

Em síntese, verificamos uma quase naturalização dos processos de humilhação social, fazendo com que essa pareça uma relação natural entre as classes, levando os sujeitos economicamente mais elevada ao patamar de superior, aquele que domina, e que irá ocupar os cargos e posições sociais de maior prestígio, e se sentirão no direito de rebaixar e humilhar os mais vulneráveis, os de classe social mais baixa, que ocupam os lugares menos almejados da sociedade, e assim se tornarão quase sempre submissos.

Diante disso, no decorrer do nosso trabalho, analisamos por meio dos discursos que as diversas formas de humilhação nos CRAS são uma realidade na maioria das cidades da região por nós estudada; nos quais muitos desses sujeitos relatam já ter vivenciado ou ouvido situações de desrespeito e impedimento ao acesso a direitos nesses ambientes, mostrando-nos o quão presente é essa realidade na região em tela.

REFERÊNCIAS

ACESSAR O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).

gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-cras-centro-de-referencia-da-assistencia-social>. Acesso em: 13, outubro de 2023.

BOLSA FAMÍLIA: A TRAJETÓRIA DO PROGRAMA QUE TIROU O BRASIL DO MAPA DA FOME. Agência Gov.,2023. Disponível em:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202310/bolsa-familia-a-trajetoria-do-programa-que-tirou-o-brasil-do-mapa-da-fome>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BRASIL TEM 10,1 MILHÕES PASSANDO FOME DIZ ONU. Folha de S. Paulo, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/brasil-tem-101-milhoes-passando-fome-diz-onu.shtml#:~:text=Brasil%20tem%2010%2C1%20milh%C3%B5es,07%2F2023%20%2D%20Cotidiano%20%2D%20Folha>. Acesso em: 15, novembro de 2023.

onu.shtml#:~:text=Brasil%20tem%2010%2C1%20milh%C3%B5es,07%2F2023%20%2D%20Cotidiano%20%2D%20Folha. Acesso em: 15, novembro de 2023.

BRASIL VOLTA AO MAPA DA FOME DAS NAÇÕES UNIDAS. **Jornal Nacional, 2022. Disponível em:** <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>. Acesso em: 10, outubro de 2023.

CASTRO, J. **Geografia da Fome: a fome no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA TORNARAM O BRASIL UM DOS MAIORES

PRODUTORES MUNDIAIS DE ALIMENTOS. Embrapa, 2022. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/75085849/ciencia-e-tecnologia-tornaram-o-brasil-um-dos-maiores-produtores-mundiais-de-alimentos#:~:text=Em%202021%2C%20o%20Pa%C3%ADs%20registrou,gerado%20aqui%2C%20lideran%C3%A7a%20absoluta%20no>. Acesso em: 09, novembro de 2023.

COHN, Amelia. **Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais**.

2012. Pensamento Brasileiro, Rio de Janeiro.

Com valor médio de R\$ 686,10, Bolsa Família chega a 21 milhões em fevereiro.

GOVBR, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/02/com-valor-medio-de-r-686-10-bolsa-familia-chega-a-21-milhoes-em-fevereiro#:~:text=Com%20valor%20m%C3%A9dio%20de%20R%24%20686%2C10%2C%20um%20dos,21%2C06%20milh%C3%B5es%20de%20benefici%C3%A1rios>

br/assuntos/noticias/2024/02/com-valor-medio-de-r-686-10-bolsa-familia-chega-a-21-milhoes-em-

fevereiro#:~:text=Com%20valor%20m%C3%A9dio%20de%20R%24%20686%2C10%2C%20um%20dos,21%2C06%20milh%C3%B5es%20de%20benefici%C3%A1rios . Acesso em: 20, março de 2024.

CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS. Mds, 2023.

Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Bolsa_Familia/Informes/2023/Informe_Bolsa_Familia_N_3.pdf. Acesso em: 12 de novembro de 2023.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens Invisíveis: Relatos de uma Humilhação Social**. São Paulo: Globo, 2004.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no collège de france, **pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GONÇALVES FILHO, José Moura. (1998a). **Humilhação social: um problema político em psicologia**. *Psicologia USP*, 9(2), 11-67.

GONÇALVES FILHO, José Moura. (2007). **Humilhação social: humilhação política**. Em Beatriz de Paula Souza (Org.), *Orientação à queixa escolar*, (pp. 01-30). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

GREGOLIN, M. R. V. **As falas tinham ideias: estratégias discursivas e produção de sentidos**. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras "Júlio de Mesquita Filho", UNESP de Araraquara (SP): 1988.

HUMILHAR. Dicionário Etimológico 2008-2013. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/humilhar/#:~:text=Assim%2C%20humiliare%20significa%20literalmente%20%E2%80%9Ctornar,ou%20o%20ch%C3%A3o%20que%20pisamos>. Acesso em: 16 de novembro de 2023.

IBGE AFIRMA QUE, EM UMA DÉCADA, A POBREZA NO BRASIL CAIU DE 44% PARA 22% DA POPULAÇÃO. G1, 2023. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/jornal-nacional/noticia/2023/08/25/ibge-afirma-que-em-uma-decada-a-pobreza-no-brasil-caiu-de-44percent-para-22percent-da-populacao.ghtml>. Acesso em: 09 de novembro de 2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 2004.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. Tradução e posfácio Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARX, Karl. *O Capital* Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

POR FALTA DE CELULAR E INTERNET, MAIS POBRES FICARAM SEM AUXÍLIO, DIZ FGV. Uol, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/05/27/auxilio-emergencial-2021-exclusao-digital-celular-caixa-aplicativo.htm#:~:text=Segundo%20um%20levantamento%20do%20Centro,as%20cl asses%20D%20e%20E>. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

SILVA, M. O. da S.; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2004.

TIBURI, Márcia. **Complexo de Vira-Lata: Análise da Humilhação Brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.